



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

TERMO DE REFERÊNCIA

**PARA A CONTRATAÇÃO PARA
EXECUÇÃO DO PROJETO DE
DESASSOREAMENTO DE TRECHO DO RIO
CUBATÃO.**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que contém o conjunto de parâmetros e elementos descritivos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação e que possibilita a avaliação do custo pela Administração, bem como a definição da estratégia de suprimento, dos métodos e do prazo de execução.

Assim, o presente documento configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento da demanda indicada.

2. DO OBJETO

A necessidade consiste em prevenir ou minimizar a ocorrência de novas enchentes do Rio Cubatão e mitigar os transtornos causados anualmente no Município, o que se justifica diante das últimas cheias que resultaram em um grande acúmulo de sedimentos na calha do rio na área urbana do Município, mas principalmente diante da situação de emergência declarada pelo Decreto n. 8.765/2024 ante a ocorrência de chuvas intensas entre os dias 12 e 15 de abril de 2024, que perdurará até 11 de outubro.

Já visando atender referida questão, o Município contratou serviços de engenharia via dispensa de licitação para analisar e identificar soluções técnicas para prevenir danos a curto e médio prazo nas áreas do entorno do rio, excluindo as áreas de lavra de minerais, de onde foi elaborado um projeto de desassoreamento do trecho do rio que inicia na área urbana e finaliza no início da lavra de areia do processo ANM 815.627/2016.

Considerando que referido projeto foi entregue no dia 20 de agosto, que o Município não possui o pessoal e maquinário necessário para sua execução da obra, e que o aumento das





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

chuvas de acordo com os dados históricos se inicia em setembro com agravamento em novembro e dezembro e ainda maior piora em janeiro, a demanda consiste na contratação de empresa para execução do projeto de desassoreamento com a maior brevidade possível, cfe. Planilha abaixo:

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	2,88
SINAPI-I	10776	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	MES	4,00
SICRO	E9576	Escavadeira hidráulica de longo alcance sobre esteiras - 103 kW	HR	2280,00
SICRO	E9515	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW	HR	2280,00
SICRO	A9314	Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão	HR	354,00
SINAPI	90781	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	264,00
SINAPI	88253	AUXILIAR DE TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	264,00
SINAPI	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	132,00
SICRO	E9584	Carregadeira de pneus com capacidade de 1,72 m³ - 113 kW	H	360,00
SICRO	A9315	Caminhão basculante 6 x 4, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 3,6 m - 210 kW - motorista de caminhão	H	720,00

Ao avaliar as opções de contratação, não desconhecendo a primazia do processo licitatório, optou-se pela dispensa de licitação fundamentada no caráter emergencial dos serviços, que se traduz em um procedimento mais célere e permite o início imediato da obra de desassoreamento, sendo que, somente com o início imediato será possível finalizar o desassoreamento antes de dezembro/2024, ou seja, antes do aumento de volume das chuvas.

Cumprir registrar que ao se contratar uma empresa terceirizada para prestação do serviço, obtém-se o melhor custo benefício pois já no ato da contratação é possível estimar o custo final para que o desassoreamento seja realizado, como também é comum que empresas do ramo tenham profissionais especializados na operação dos equipamentos e experiência neste tipo de obra.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

Diante da fundamentação fática acima exposta, a contratação requisitada encontra fundamento legal no art. 75, inc. VIII, da Lei 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

Considerando que o objeto da presente contratação pode ser classificado como obra e serviços de engenharia, constam, além do termo de referência, o projeto básico, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro.

Quanto ao estudo técnico preliminar, de acordo com o art. 48, inc. I, do Decreto Municipal n. 8.519/2023, a elaboração de ETP é facultada na hipótese dos incisos I, II, VII e VIII, do art. 75, e do §7º, do art. 90, da Lei nº 14.133/2021, dispensando-se sua elaboração no presente caso em razão da ausência de tempo hábil para tanto e dispensada também a análise de riscos, conforme art. 251, §3º do Decreto Municipal n. 8.519/2023.

Pertinente, ainda, a compatibilidade do preço com o praticado do mercado, priorizando a escolha do contratado de acordo com o menor preço apresentado, o que considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade, não estando vedada a contratação de preço superior desde que devidamente justificado.

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

4.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

- 4.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 4.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 4.1.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.1.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 4.1.9. Declaração Formal de Disponibilidade, relativo aos equipamentos e pessoal mínimos necessários, essenciais para a realização dos serviços, objeto desta contratação.
- 4.1.10. Comprovação de vínculo para efeitos de capacidade técnico profissional. A comprovação do vínculo profissional pode se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), deverá o licitante apresentar cópia do contrato social atualizado.
- 4.1.11. Atestado(s) E/OU certidão(ões) de Capacidade Técnico Operacional, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado e registrado(s) na Entidade Profissional competente, que comprove(m) ter a empresa contratada executado obra de características semelhantes ao objeto da presente contratação.
- 4.1.12. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 4.1.13. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.

5. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

Esta demanda será formalizada por meio de contrato, por tratar-se de objeto que gera relação jurídica entre as partes por período prolongado que compreende desde a fase de execução até o período de garantia da obra pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, prazo este em que a Administração não eximirá o contratado da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

O contrato terá validade máxima de 1 (um) ano e é vedada sua prorrogação, nos termos do art. 75, inc. VIII, da Lei 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO;

A execução dos serviços deve iniciar imediatamente após a expedição da ordem de serviço, com o prazo de 90 dias corridos (3 meses) para entrega.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É de responsabilidade da contratada escolher e contratar pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida para a execução dos serviços, em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora.

A contratada é responsável pelo transporte e alimentação dos seus empregados. A contratada deverá observar rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho. Os





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

funcionários deverão estar uniformizados e possuir acessórios e equipamentos de segurança conforme exigência das Normas Reguladoras sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigente com crachá de identificação.

A contratada é responsável perante a Prefeitura, por todos os atos de seus subordinados durante a execução dos serviços, devendo afastar, dentro de 24 (vinte e quatro) horas da comunicação escrita, qualquer de seus empregados cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente pela Prefeitura, correndo por conta única e exclusiva da contratadas quaisquer ônus legais, trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra despesa que de tal fato possa decorrer.

Os empregados eventualmente afastados deverão ser substituídos por outros, de categoria profissional idêntica.

Além disso, a contratada também se obrigará a:

- 8.1. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- 8.2. Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização da PJF.
- 8.3. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 8.4. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.
- 8.5. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra.
- 8.6. Ao fornecimento do objeto em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- 8.7. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- 8.8. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- 8.9. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

- 8.10. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- 8.11. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- 8.12. Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- 8.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- 8.14. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- 8.15. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- 8.16. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- 8.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021
- 8.18. Efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica (**ART**) junto ao CREA das obras em execução, através de seus profissionais e o **Cadastro Nacional de Obras (CNO)** junto a Receita Federal do Brasil.
- 8.19. O início da obra por parte da CONTRATANTE se dará mediante apresentação por parte do município da **Licença Ambiental** expedida pelo IMA.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

9. REGIME DE EXECUÇÃO

Os trabalhos de desassoreamento mecanizado, serão desenvolvidos utilizando equipamento como escavadeiras hidráulicas, com lança normal e lança de longo alcance.

A obra/serviço será executada no Rio Cubatão dentro da área urbana do município, conforme demanda da contratante e projeto executivo (Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Plantas).

Os serviços referentes à execução do objeto deverão ser executados de Segunda-feira à Sexta-feira, das 7:00h às 17:00 h.

A execução de serviços noturna e aos finais de semana e feriados deverão ser acordados previamente entre a fiscalização técnica do contrato e a contratada.

O objeto será recebido provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, e definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se darão em até 02 (dois) dias do recebimento provisório, reputando-se como realizada caso não seja procedida dentro do prazo fixado.

Todos os custos relacionados à execução do objeto correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos aqueles relacionados ao transporte, à troca de peças/equipamentos, às horas técnicas e ao deslocamento de pessoal.

Todo e qualquer requerimento da contratada para o Município deverá se dar mediante protocolo no Setor de Protocolos ou Cidadão Web, com menção expressa ao processo licitatório em questão, sendo que, eventuais comunicações do Município para com a contratada se darão por intermédio de ofício, também expressamente vinculado ao processo licitatório em questão, a ser dirigido para o endereço eletrônico que será indicado pela contratada em sua proposta.

10. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

10.1. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

10.3. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.4. Fraudar a licitação





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

10.5. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.6. Com fulcro na lei nº 14.133, de 2021, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.6.1. Advertência;

10.6.2. Multa;

10.6.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.6.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.7.2. As peculiaridades do caso concreto

10.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.7.4. Os danos que dela provierem para a administração pública

10.7.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.8.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1, 10.2 e 10.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.8.2. Para as infrações previstas nos itens 10.4 e 10.5 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1, 10.2 e 10.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.12. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima dispostas que justifiquem





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da lei n.º 14.133/2021.

10.13. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.14. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização.

10.15. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.16. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.17. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.18. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução desta aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária: **SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS E PÚBLICOS – 04.01.2054.4490.51.91 – 4490.51.91 – (36.1.701.7000.219) - Recurso Estadual**

12. FORMA DE PAGAMENTO

O Município efetuará o pagamento à Contratada com base nas medições, mediante apresentação de nota fiscal correspondente e termo de medição da obra/etapa, acompanhada da certidão de regularidade com as Fazendas Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e da Certidão de Regularidade com FGTS.

O pagamento será efetuado em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura à vista do respectivo termo de recebimento provisório ou definitivo, e dar-se-á mediante ordem bancária, sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% do valor dos serviços a favor da **Seguridade Social (INSS)** cfe. Lei nº 8.212/91 e **destacado o IRRF**, cfe. Resolução RF 1234/12 e Decreto Municipal 8.298/23.

As Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão relacionar a quantidade dos produtos/serviços, indicando o preço unitário em reais (R\$), o preço total em reais (R\$) e, por fim, o preço global da Nota Fiscal em reais (R\$), cfe. planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

13. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

Os preços são fixos e irrevogáveis.

14. GARANTIA CONTRATUAL

Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

15. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

Conforme projeto de desassoreamento em anexo.

16. QUANTIDADE DE ITENS A SEREM CONTRATADOS





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	2,88
SINAPI-I	10776	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	MES	4,00
SICRO	E9576	Escavadeira hidráulica de longo alcance sobre esteiras - 103 kW	HR	2280,00
SICRO	E9515	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW	HR	2280,00
SICRO	A9314	Caminhão plataforma 6 x 2, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 5,4 m - 188 kW - motorista de caminhão	HR	354,00
SINAPI	90781	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	264,00
SINAPI	88253	AUXILIAR DE TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	264,00
SINAPI	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	132,00
SICRO	E9584	Carregadeira de pneus com capacidade de 1,72 m³ - 113 kW	H	360,00
SICRO	A9315	Caminhão basculante 6 x 4, PBT 23.000 kg e distância entre eixos 3,6 m - 210 kW - motorista de caminhão	H	720,00

17. CRITÉRIO E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, sendo que, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.

Findando todos os trabalhos de escavações, será feito a recuperação ambiental, utilizando método de hidrossemeadura, e o plantio de mudas de árvores não inferior a 50 cm de altura das espécies nativas e a recuperação ambiental, a empresa deverá fazer o monitoramento das árvores plantadas até que elas se estabilizam no solo, incluso a adubação de cobertura e o controle de formigas.

18. PARA CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

A necessidade consiste em prevenir ou minimizar a ocorrência de novas enchentes do Rio Cubatão e mitigar os transtornos causados anualmente no Município, o que se justifica diante das últimas cheias que resultaram em um grande acúmulo de sedimentos na calha do rio na área urbana do Município, mas principalmente diante da situação de emergência declarada pelo Decreto n. 8.765/2024 ante a ocorrência de chuvas intensas entre os dias 12 e 15 de abril de 2024, que perdurará até 11 de outubro.

Os danos decorrentes das cheias são imensuráveis, inúmeros munícipes desabrigados temporariamente, que ou perderam seus objetos pessoais ou mesmo o próprio lar e inegavelmente demandam auxílio social e financeiro do Município, que além de dar suporte aos particulares, deve recuperar vias, pontes, e os vários prédios públicos que vêm sendo afetados com o agravamento das enchentes, que, por sua vez, decorre do contínuo aumento de sedimentos na calha do rio causado pelas últimas cheias.

Inclusive, a adoção de medidas está em pauta desde as chuvas torrenciais e enchente de dezembro de 2022, que alcançaram níveis históricos. Em menos de um ano depois, o Município foi novamente assolado por fortes chuvas (out/2023), e novamente, 6 meses depois, nova declaração de situação de emergência em razão de tempestades/chuvas intensas, fazendo com que o Administração trabalhasse incessantemente nos últimos 2 (dois) anos para recuperação do Município sem dar espaço para que se pudesse planejar ações de prevenção.

Considerando que o projeto de desassoreamento foi entregue no dia 20 de agosto, que o Município não possui o pessoal e maquinário necessário para sua execução, e que o aumento das chuvas de acordo com os dados históricos se inicia em setembro com agravamento em novembro e dezembro e ainda maior piora em janeiro, ao avaliar as opções de contratação, não desconhecendo a primazia do processo licitatório, optou-se pela dispensa de licitação fundamentada no caráter emergencial dos serviços, que se traduz em um procedimento mais célere e permite o início imediato da obra de desassoreamento, sendo que, somente com o início imediato será possível finalizar o desassoreamento antes de novembro, ou seja, antes do aumento de volume das chuvas.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 11 de setembro de 2024.

Genilson Silva

Assessor de Projetos Especiais

